



## II Seminário Brasileiro Livro e História Editorial

### **Mercado Editorial de Livros Didáticos de História do Brasil na Cidade do Rio de Janeiro (1870-1920)**

Alexandra Lima da Silva\*

Universidade Federal Fluminense-Mestre em História Social

#### **Resumo:**

Este trabalho objetiva apreender a relação entre o florescimento do mercado editorial na cidade do Rio de Janeiro e o significativo investimento na publicação de livros didáticos, particularmente dos manuais didáticos de História do Brasil. Busca pensar de que maneira o aumento na oferta de instrução formal representou uma ampliação dos públicos leitores na cidade do Rio de Janeiro, pensando as distintas experiências em torno da educação, edição e difusão dos livros didáticos no Rio de Janeiro entre 1870-1920.

**Palavras-chave:** mercado editorial; livreiros; livros didáticos; História do Brasil

Os “negociantes de livros” compunham um painel de diferentes nacionalidades na cidade do Rio de Janeiro entre finais do século XIX e inícios do XX. Eram portugueses, como Nicolau Alves, da Livraria Clássica e Luiz Ernesto Martin, da Livraria Portuguesa; franceses como Garnier e Villeneuve; alemães, J H Aueller, da Livraria Alemã; além de brasileiros, como Pedro da Silva Quaresma, da Livraria Quaresma, dentre outros, compondo um grupo heterogêneo, evidenciando a existência de um intenso comércio livreiro que se localizava nas principais ruas do centro da cidade, com destaque para a famosa Rua do Ouvidor<sup>1</sup> e adjacências.

Todavia, quem eram estes “negociantes de livros”? Por que se aventurar no ramo de livros já que para muitos, “o povo não lia”? Quais os retornos sociais e ganhos financeiros envolvidos neste “negócio”?

Os estudos sobre mercado editorial no Brasil apontam o Rio de Janeiro como o ponto de partida da expansão editorial no país. Ainda que alguns pesquisadores

---

\* Bacharel, Licenciada e Mestre em História Social (UFF), desenvolvendo pesquisas sobre mercado editorial de livros didáticos de História do Brasil na cidade do Rio de Janeiro entre finais do século XIX e inícios do século XX. É autora da dissertação: *Ensino e mercado editorial de livros didáticos de História do Brasil. Rio de Janeiro, 1870-1924*. E-mail: alexandralima1075@gmail.com

<sup>1</sup> MACEDO, Joaquim Manuel de. *Memórias da Rua do Ouvidor*. Brasília: Ed UnB, 1988.

continuam enfatizando o predomínio de apenas dois livreiros-editores ao longo de todo o século XIX, os Irmãos Laemmert e os Garnier,<sup>2</sup> sem considerar os significados da existência de outros livreiros e editores também importantes naquele período, não é mais possível continuar menosprezando as indicações sobre o número crescente de editores e de comerciantes de livros na cidade. Acompanhando os anúncios do Almanak Laemmert, foi possível mapear os estabelecimentos de venda e publicação de livros no Rio de Janeiro, com variadas ofertas de mercadorias, produtos e serviços. Entre 1870-1900, foi constatada a existência de pelo menos 121 firmas dedicadas ao comércio livreiro.<sup>3</sup> Atentando para os endereços das livrarias: Rua São José, Rua da Quitanda, Rua do Sabão, Rua Uruguaiana, Rua Gonçalves Dias, Rua do Rosário, Rua de São Pedro, Rua dos Ourives, Rua da Alfândega, Rua Sete de Setembro, Rua Santo Amaro, Rua da Assembléia, Rua da Passagem, dentre outras, podemos notar uma disposição espacial para além da afamada Rua do Ouvidor. Quem se estabelecia nesta rua parecia ter um capital maior ou era o endereço daqueles há mais tempo no mercado. Podemos dizer que as mais “luxuosas” casas editoriais desfrutavam da Rua do Ouvidor, mas somente depois de muito migrarem por outras ruas da cidade.

O entorno da Rua do Ouvidor era rodeado pela concorrência que mudava freqüentemente de endereço para melhor se posicionar na conquista de novos públicos consumidores, divulgando o “nome” junto ao mercado, como podemos apreender acompanhando os anúncios do Almanak Laemmert. O livreiro português Nicolau A Alves, proprietário da Livraria Clássica, por exemplo, estava instalado em 1860 na Rua dos Latoeiros, 54; em 1870, na Rua de Gonçalves Dias, 54 e em 1880, sua livraria podia ser encontrada na Rua Gonçalves Dias, 46; em 1889 ampliava sua filial na Rua Gonçalves Dias, que ocupava os números, 46 e 48, além da Ladeira do Senado, 25 A. Convém destacar que esta livraria era especializada em livros didáticos e colegiais.

Os anúncios periódicos no Almanak Laemmert tinham como uma das funções exatamente informar ao público os “novos” endereços das lojas, a fim de manter os fregueses antigos e conquistar novos, como faziam os próprios Laemmert em anúncio de 1880: “Livraria Universal de E& H Laemmert, 66, Rua do ouvidor. Estabelecida em 1828, R Gonçalves Dias, 60;1833-1868, Rua da Quitanda, 17 e desde 1868, Rua do Ouvidor,66.”

---

<sup>2</sup> HALLEWELL, Laurence. *O livro no Brasil*. São Paulo: EdUSP, 1985.

<sup>3</sup> EL FAR, Alessandra. *Páginas de sensação*. Literatura popular e pornográfica no Rio de Janeiro (1870-1924). São Paulo: Cia das Letras, 2004.

Apostavam também nos negócios e parcerias em família, como nos famosos “Irmãos Laermert”, os “Garnier Irmãos”, “Soares e Irmão”, “Barbosa e Irmão”, etc. Os nomes de sócios também eram freqüentes nos anúncios das livrarias, “A M Fernandes da Silva e sócios João Batista da Costa e Julio Gonçalves Mendes”, “Guimarães & Ferdinando, sócios: Joaquim da Costa Leite Guimarães, Alberto Ferdinando Cogorno de Oliveira”. Esta poderia ser uma alternativa neste ramo de negócio, pois injetava algum capital, podendo-se ampliar as casas e promover mudanças para endereços mais “nobres”. Além de melhorias no “cardápio” de opções oferecidas ao público, as associações podem ser interpretadas também como estratégia de sobrevivência em épocas de crise.

Existiam ainda os estabelecimentos conhecidos como secos e molhados, que “vendiam um pouco de tudo”, e nisto, incluíam-se livros, tais como, “Albino Jordão, vende, compra e troca livros, e toma a comissão obras novas”, bem como os que vendiam livros “novos e usados”. Muitos livreiros-editores de êxito começaram com esta especialidade, a venda de livros usados, além dos “negociantes, livreiros-antiquários e alfarrabistas”.

Outra especificidade da produção editorial no período era a divisão no processo de produção, sendo importante demarcar diferentes funções, dentre as quais temos as de tipógrafos, encadernadores, editores, livreiros. Muitos eram apenas “livreiros”, isto é, donos de livraria envolvidos com o comércio de livros; alguns eram “livreiros-editores”, trabalhando também com a produção e a difusão do livro, assumindo também o papel intermediário entre o autor e o público<sup>4</sup> além da venda de livros; e ainda, existiam os que vendiam, editavam e imprimiam livros ao mesmo tempo, concentrando basicamente quase todo o processo de produção.

Este era o caso dos Laemmert, proprietários da Livraria Universal, fundada no Brasil em 1833. Cinco anos depois, além da venda de livros, no qual foram bem-sucedidos, passaram a se dedicar também à edição. Em 1837 Eduardo Laemmert comprou três impressoras, viajou para Paris para aprender tipografia e em 2 de janeiro de 1838 inaugurou a Tipografia Universal, “Tipografia Universal de Laemmert & C. Oficinas: Rua dos Inválidos, 71; Livraria R do Ouvidor, em prédios próprios.” A tipografia cuidava da parte gráfica e das publicações, enquanto a editora financiava esta

---

<sup>4</sup> LIMA, Yone Soares de. *A ilustração na produção literária*. São Paulo: Instituto de Estudos Brasileiros - USP. 1985, p.27.

realização. Além da livraria, editora e tipografia, os Laemmert apareciam em anúncio de 1889 como proprietários de uma oficina de encadernação:

Laemmert & C, premiados pelas exposições nacionais. Oficina de encadernação, R dos Inválidos, 71. Vantajosamente conhecida no Império, pelas superiores encadernações, riqueza, elegância e delicadeza, para mimos e presentes; e habilitados para o fabrico de livros em branco para o comercio e repartições públicas. Trata-se na mesma ou na livraria.<sup>5</sup>

Convém reforçar que a situação desfrutada pelos Laemmert não era a realidade de todos os envolvidos no “negócio de livros” no Brasil. Existiam aqueles que, como já foi pontuado, só vendiam, sendo estes em muitos casos livros usados, ou mesmo ainda, livreiros-editores, que imprimiam e encadernavam na casa de “terceiros”. Daí a existência de muitas tipografias, oficinas encadernadoras e litografias compondo o painel do comércio livreiro no Rio de Janeiro a partir de meados do século XIX.

Convém aprofundar nossos estudos no sentido de compreender a importância destes outros agentes no mercado de livros, para além dos “livreiros” e “editores”, uma vez que nem só de “livreiros” era feito o mercado de livros. Quem eram os tipógrafos? Os encadernadores?<sup>6</sup>

Através de um processo judicial envolvendo Nicolau Alves contra L B Garnier, foi possível apreender um pouco isto. Passadas as negociações e contratos com o autor, o editor enviava a obra para impressão em uma tipografia, de propriedade de outro, ou da própria casa editora do editor, encadernando em oficinas e remetendo os livros aos livreiros (que poderia ser o próprio editor ou não).

o embargante (L B Garnier) fez imprimir a dita edição na Typografia Franco- Americano, a Rua da Ajuda, número 18 de propriedade de Berry (...) Provará que terminada a edição foram os exemplares transportados para a sua casa de livreiro a Rua do Ouvidor, número 69.

Provaria que parte dos exemplares foram remetidos de ordem do embargante para a oficina de encadernador a Rua de Gonçalves Dias, 52, a fim de ali serem encadernadas (...)<sup>7</sup>

Por meio dos anúncios publicados, notamos a existência de diversas tipografias responsáveis pela impressão dos mais variados materiais, muitas vezes em edições

---

<sup>5</sup> *Almanak Administrativo, Mercantil e Industrial* para o ano de 1889, p 663.

<sup>6</sup> Sobre os tipógrafos e gráficos, ver: BARBOSA, Marialva. *Operários do pensamento. Visões dos tipógrafos no Rio de Janeiro-1880-1920*. 1991(Mestrado em História), ICH/UFF, Niterói; VITORINO, Arthur José Renda. *Máquinas e operários. Mudança técnica e sindicalismo gráfico* (São Paulo e Rio de Janeiro, 1858-1912) São Paulo: Annablume/Fapesp, 2000.

<sup>7</sup> *Processo de Propriedade Literária de Nicolau Alves /Luís B Garnier*. Juízo do Tribunal de Relação do Rio de Janeiro, 03/3/1872.

pagas pelo próprio autor, no caso dos menos “renomados” no mercado, como já pontuamos no item sobre os autores. Havia editoras também, como a Francisco Alves, que utilizavam serviços de tipografias variadas, tanto no Brasil, com a firma Weiszflog Irmãos, como no exterior (Portugal e França). Deste modo, não dá para entender o mercado de livros sem atentar para o importante papel das tipografias.

Todavia, o negócio de livros não constituía um mosaico apenas nas origens étnicas e sociais dos seus donos, ou nas funções dos envolvidos neste negócio. A especialidade de cada livraria também chama a atenção e ajuda a compreender os significados da produção editorial naquele momento.

Tendo em vista o crescente aumento da população letrada na cidade do Rio de Janeiro, e buscando melhor se posicionar neste negócio, as diferentes casas comerciais se especializavam em diferentes produtos. A Livraria Universal, além das folhinhas Laemmert, publicava romances, livros colegiais e teria “o mais completo sortimento de livros de fora, e aprontam quaisquer encomendas relativas ao seu comércio com prontidão e por cômodos preços”. Havia também os fornecedores da Biblioteca de S M Imperador, “F L Pinto & C”; e ainda aqueles que se dedicavam à venda de livros religiosos, “Depósito de Escrituras Sagradas,”; “Depósitos das escrituras religiosas: Livraria Evangélica-Deponto de Bíblias e Tratados Religiosos, livros para a infância”, etc.

Dentre aqueles que se dedicavam a um comércio de livros mais baratos voltados para o “povo”, destaco a Livraria Popular, de propriedade de J R dos Santos, sucessor de Cruz Coutinho, e a Livraria do Povo, de Pedro Quaresma, que vendia “livros ao alcance de todos”, com preços baratos e linguagem simples, tentando conquistar um público diferente “o da população comum, semiletrada, que estava sendo sumariamente ignorada pelas demais livrarias-editoras”.<sup>8</sup>

As especialidades das livrarias podem ser mapeadas de forma rica por meio de seus catálogos. O catálogo da Livraria Garnier para o ano de 1877 dividia-se em especialidades tais como: religião e moral, livros de teologia, as “leituras populares sobre a sagrada paixão de Nosso Senhor Jesus Cristo”, história da religião; dicionários e línguas, literaturas, romances, novelas, variedades, direito, finanças, comércio, miscelânea: medicina, farmácia, agricultura, ciências naturais, conhecimentos gerais,

---

<sup>8</sup> BROCA, Brito. *O repórter impertinente*. Campinas: EdUnicamp, 1994, p. 20.

clássicos e livros de educação. Nestes últimos, eram feitas resenhas sobre os méritos do autor, com ênfase nas qualidades do livro para o ensino.

Dentre os livros de educação temos cartilhas, com destaque para as que propunham “Método fácil para aprender a ler em 15 lições”, para as “classes menos favorecidas”; as “Leituras populares, instrutivas e morais, coligidas para as escolas”; as *Cartas para aprender a ler*- “Primeiras coleções de cartas para os meninos e meninas aprendera a ler”; além dos livros da “Biblioteca Popular ou Instrução ao alcance de todas as classes e de todas as inteligências por uma sociedade de homens de letras”; os livros de leitura, “para uso da infância brasileira, com gravuras”; a “Enciclopédia do povo e das escolas”; gramáticas, como o *Resumo da Gramática Portuguesa*, para uso do Colégio Abílio;” além dos livros de geografia, ciências, política e história.

Com relação aos livros de História destaco, os de história contemporânea, como “*Resumo de História Contemporânea* desde 1815 até 1865”, os livros de autoria de Justiniano da Rocha, *Compêndio de História Antiga*; e *Compêndio da História da Idade Média*, além das diversas *Histórias do Brasil*, como a de Roberto Southey, “traduzida do inglês pelo Dr Luiz Joaquim de Oliveira e Castro e anotada pelo Cônego J C Fernandes Pinheiro”; o *Resumo de História do Brasil*, de Bellegarde; as *Lições de História do Brasil*, de Antonio A P Coruja; os *Episódios da História pátria*, “contados à infância”, do Cônego Fernandes Pinheiro.<sup>9</sup>

Já para o ano de 1907, o Almanaque Garnier<sup>10</sup> informa as especialidades à venda na Livraria Garnier, tais como, as Leituras elementares, Primeiras letras, Noções de aritmética, Ensino de doutrina cristã, Estudo da Língua Portuguesa, Geografia, História, dentre outras.<sup>11</sup>

Nota-se pelas especialidades da Livraria Garnier que esta não se limitou a publicar um tipo de obra, sendo a produção de livros didáticos mais uma dentre as várias “ofertas” desta casa. Diferente, por exemplo, da Livraria de Pedro Quaresma, que conforme já foi dito, se especializou em livros “populares”, ou da Livraria Francisco Alves, que se especializou em livros didáticos, pude apreender que a Livraria Garnier, apesar de só publicar obras de autores já renomados, não se dirigia apenas, pelo que as suas obras indicam, a um público “culto”, pois além de livros didáticos, publicava cartilhas e livros de leitura também para as ditas classes “menos favorecidas”, apesar de

---

<sup>9</sup> *Catálogo Garnier*, 1877. Rio de Janeiro: Garnier, 1877.

<sup>10</sup> *Almanaque Garnier*, 1907. Rio de Janeiro: Garnier, 1907.

<sup>11</sup> Sobre o Almanaque Garnier, ver: DUTRA, Eliana de Freitas. *Rebeldes literários da república: História e identidade nacional no Almanaque Garnier (1903-1914)*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2005.

não se especializar unicamente nesta frente, mas tentando também alcançar vários segmentos do mercado.

No sentido de demarcar momentos importantes na produção didática do país, e recuando um pouco a 1854, observa-se que este ano foi marcado pela reforma que separou o ensino primário do secundário, com acesso vedado nas escolas públicas primárias aos escravos, devendo existir também classes para adultos.<sup>12</sup> Neste momento definiu-se que a educação estaria a cargo dos cofres públicos, que deveriam fornecer livros e outros objetos necessários ao ensino, e que o “material escolar seria fornecido pelo Estado”<sup>13</sup>.

Todavia, quais os significados da produção de livros didáticos de História do Brasil para os livreiros e editores do Rio de Janeiro em meados do XIX e inícios do XX? Teria esta reforma representado algum estímulo à produção didática? Quem publicava os livros didáticos de história do Brasil? Por que publicar história do Brasil no Brasil e não mais traduzir e reeditar obras estrangeiras e consagradas?

Conforme o *Catálogo do Museu Escolar Nacional* de 1885, as editoras Laemmert, Garnier e Francisco Alves eram responsáveis por mais de 44% de toda a produção brasileira de livros escolares.<sup>14</sup> Todavia, a quem caberia os outros 56% da produção didática? Através do mapeamento e análise de livros didáticos de história do Brasil observamos a existência de outros livreiros, editores e tipografias que se dedicaram à publicação e impressão de manuais de história nacional. Além das três mencionadas, localizei livros didáticos publicados por outras editoras, dentre as quais: Domingos Gomes Brandão, Jacinto Cruz Coutinho, Jacinto Ribeiro Editor, Typographia de Gueffier E C, A J Castilho, Tipografia de M Gomes Ribeiro, Livraria Quaresma, J G de Azevedo Editor, além das tipografias: Tip. Esperança, Tip. do Figaro, Tipografia de M Gomes Ribeiro, Tip. brasiliense de M. G. Ribeiro, Tip. Aldina, dentre outras.

Creio que a existência de editores “menos conhecidos” hoje, e talvez, de capital “mais modesto” na época, demonstre não somente a expansão de um mercado, como também, a possibilidade de publicação de autores sem muita expressão no mercado, uma vez que editoras como Laemmert e Garnier não costumavam publicar obras de

---

<sup>12</sup> PAIVA, V. *História da Educação popular no Brasil*. Educação popular e educação de adultos. São Paulo: Ed Loyola, 1972, p. 80.

<sup>13</sup> PEIXOTO, Afrânio. *Noções de história da educação*. São Paulo: Ed Nacional, 1942.

<sup>14</sup> RAZZINI, Márcia de Paula Gregório. “A Livraria Francisco Alves e a expansão da escola pública de São Paulo, disponível em <http://repositorio.portcom.intercom.org.br/bitstream/1904/17510/1/R1850-1.pdf>.

autores sem “nome” e “status”, como já indicamos, ao pontuar a necessidade de “referências” para a publicação de um livro didático.

Um caso bastante emblemático e que ajuda a compreender as diversas articulações deste mercado ocorreu com Joaquim Manuel de Macedo, que mesmo sendo professor do Colégio Pedro II, só teve suas *Lições de História do Brasil* publicadas pela pomposa Garnier em 1873, após duas edições anteriores da obra. As primeiras edições das *Lições* de Macedo, o primeiro livro didático elaborado especialmente para os alunos do Colégio Pedro II, foram publicadas primeiramente em 1861, pela Tipografia Imparcial e, posteriormente, em 1865 publicado pela Casa José Gomes Brandão. A explicação para isto é que a editora Garnier não teria por hábito publicar a primeira edição de ninguém. Só investia naquilo que sabia ser seguro, com boa aceitação dos críticos, boas resenhas em jornais, e sucesso de vendas.<sup>15</sup> Com isto, nota-se que antes das edições pela casa Garnier, a mesma obra foi publicada por outras casas editoriais mais modestas, e que os direitos sobre *Lições* e outras obras didáticas de Joaquim Manuel de Macedo passaram para a Garnier bem depois de uma longa jornada de seu autor.

Por isto as redes de relações e influência eram decisivas para garantir a edição de livros no mercado editorial na cidade do Rio de Janeiro, seja na prática de autoria de livros didáticos, seja no melhor posicionamento neste ramo de negócio, no caso mais específico dos livreiros-editores.

Outra editora de prestígio na época, a Laemmert se aventurou, embora pouco, no campo dos livros didáticos. *Por que me ufano do meu país*, de Afonso Celso, escrito para celebrar os quatrocentos anos do descobrimento do Brasil, teve a primeira edição esgotada em alguns meses e tornou-se leitura obrigatória nas escolas secundárias, dentre outros livros. Esta editora publicou também o primeiro livro didático de história do Brasil indicado pelos programas de ensino do Colégio Pedro II.<sup>16</sup>

Das editoras que publicaram livros didáticos, a Francisco Alves é tida como “a especialista” neste tipo de livros. Seu proprietário, Francisco Alves de Oliveira<sup>17</sup> é

---

<sup>15</sup> EL FAR, op. cit., 2006, p. 21

<sup>16</sup> ABREU E LIMA, Inácio. *Compêndio de História do Brasil*. Rio de Janeiro: Laemmert, 1843.

<sup>17</sup> Francisco Alves de Oliveira nasceu em Portugal em 1848, naturalizou-se brasileiro em 1883 e faleceu em julho de 1917. Conforme: MONIZ, Edmundo. *Francisco Alves de Oliveira. Livreiro e autor*. Notas bibliográficas por Oswaldo Melam Braga. Rio de Janeiro: Publicações da Academia Brasileira, 1943.



apontado como um dos maiores livreiros-editores de obras didáticas no Brasil na virada do século XIX e inícios do XX.<sup>18</sup>

Imigrante português, instalou-se no Rio de Janeiro em 1872, onde abriu um negócio de livros usados, na Rua de São José, 126. Estabeleceu-se de vez no comércio livreiro em 1873, tendo anteriormente trabalhado com seu tio, o também português Nicolau Alves (1827- 1902), proprietário da Livraria Clássica, especialista em livros de ensino. Juntos fundaram a “Alves e C, especialista em livros colegiais e acadêmicos”. Posteriormente Francisco Alves comprou a parte do tio e tornou-se principal proprietário da Livraria Alves. Francisco Alves filiou-se também, à Livraria Bertrand de Lisboa, e comprou-lhe a edição principal, depois se filiou a Livraria Aillaud, de Paris, onde imprimiu numerosos livros didáticos primários, barateando-lhes o custo; chegou a absorver 90% do comércio de livros no Brasil, comprando outras livrarias e editoras.<sup>19</sup>

Através das notas publicadas nos principais jornais da época, em função da comemoração pela inauguração da Livraria Alves na Rua do Ouvidor, “perante concurso numeroso de pessoas das nossas *classes ilustradas*, entre os quais notamos a presença *de membros do magistério superior e primário, deputados, representantes da imprensa e do comercio,*” pode-se verificar as diversas articulações de Francisco Alves, que construiu sua trajetória a partir de uma extensa rede de relações, passando por autores como João Ribeiro e Sílvio Romero, donos de colégios, jornalistas de destaque na imprensa, Inspetores da Instrução, dentre outros.

É interessante pontuar no caso Francisco Alves que a rede de relações deste foi importante no seu posicionamento no mercado no referido momento. Da aproximação do livreiro-editor com Theófilo das Neves Leão, secretário da Inspeção Geral da Instrução Primária e Secundária do Município da Corte em 1868<sup>20</sup>, nasceu posteriormente, uma sociedade, desta vez entre Francisco Alves e o filho do referido secretário, Manuel Pacheco Leão.

Uma das táticas deste livreiro-editor era a compra de outras livrarias, como fez com a própria Clássica, de seu tio, e outras, adquirindo os direitos sobre a reimpressão dos títulos e também os estoques das mesmas. Em 1903, anunciava ao público a

---

<sup>18</sup> Um dos principais estudiosos de Francisco Alves é Aníbal Bragança, tendo publicado artigos diversos sobre o assunto, dentre os quais, “A função editor de livros escolares”, apresentado no XXIV INTERCOM Congresso Brasileiro de Comunicação, Campo Grande/MS, setembro de 2001.

<sup>19</sup> SODRÉ, Nelson Werneck. *História da imprensa no Brasil*. RJ: Mauad, 4 ed, 1999.

<sup>20</sup> BRAGANÇA, Aníbal. “A Francisco Alves na formação de uma indústria brasileira do livro”. IN: Seminário sobre Livro e História Editorial. FCRB/UFF.

aquisição da “Empresa Literária Fluminense: em todo o seu estoque e o direito de reimprimir,(...) proprietária do excelente dicionário da Língua Portuguesa de Moraes e Silva,(...) da Historia Universal de César Cantin (...)”, além da compra da Livraria Moderna de Domingos Magalhães, “com todo o seu estoque de 80.000 volumes e propriedades literárias”, e do “resto das edições da Livraria Savin e quase todo o seu estoque”. Aproveitava a oportunidade também, para reafirmar que era na atualidade “o único depositário dos livros didáticos do Dr Abílio Borges (Barão de Macaúbas), muito conhecido em todo o Brasil”. Sendo proprietário ainda, dos livros em língua portuguesa editados pela American Book Company de New York, Cincinnati, Chicago, Boston, Atlanta, Dallas e São Francisco<sup>21</sup>.

Com isto, a Livraria Alves e suas sucursais “fica sendo o maior empório de livros do Brasil”, reforçando em sua fala, as relações diretas da livraria “com as grandes livrarias de Paris Harchette e C; Masson e C; J B Bailliere e Fils e muitas outras”, estando a Livraria Alves “em condições de fornecer aos meus correspondentes os livros d’estas conceituadas livrarias pelo preço que continuam receber diretamente da Europa”.<sup>22</sup>

No ano de 1909 a livraria Universal pegou fogo e Francisco Alves comprou os direitos de publicação dos livros dos Laemmert. Com estas estratégias comerciais de compra de outras editoras e dos direitos de reimpressão sobre os títulos, temos a compreensão dos modos pelos quais ela reuniu os direitos de impressão de um significativo número de títulos de livros ao longo dos anos. O êxito comercial da Livraria Francisco Alves em muita medida ajuda a entender o peso da produção didática no referido momento para o mercado editorial e a crescente concentração de capitais e força em mãos de alguns poucos editores.

Acompanhando as capas de alguns livros didáticos, é possível apreender como se deu a concentração dos diversos títulos de outras editoras pela Francisco Alves pela compra das concorrentes, o que ajuda também a entender os destinos das outras editoras. O livro *Contos infantis em verso e prosa adotados para uso das escolas primárias do Brasil*, de Adelina Lopes Vieira e Júlia Lopes Almeida, por exemplo, teve a primeira edição publicada em 1886 pela editora Laemmert, contudo, em 1905, a partir

---

<sup>21</sup> *Almanaque Garnier*, 1903. Rio de Janeiro: Garnier, 1903

<sup>22</sup> *Almanaque Garnier*, 1903. Rio de Janeiro: Garnier, 1903

da 8ª edição a Livraria Francisco Alves comprou os direitos desta obra, bastante aceita pelo público e sucesso de vendas.<sup>23</sup>

Os alcances e interesses da Livraria Francisco Alves não se limitaram ao Rio de Janeiro, comprando os direitos de títulos de editoras de outros Estados. O livro *Leituras Morais*, de Arnaldo de Oliveira Barreto, teve sua primeira edição publicada pela editora Espíndola, Siqueira & Cia de São Paulo, em 1896. Contudo, a partir da 5ª edição, em 1909, passa a ser publicado pela Francisco Alves.<sup>24</sup>

Por fim, o sucesso de reedições *Cartilha das Mães*, também de Arnaldo Barreto, editado pela primeira vez provavelmente em 1896 pela Tipografia Siqueira, de São Paulo, fornecedora de livros de escrituração da Escola Normal de São Paulo, a partir da 12ª edição passou a ser editada pela Francisco Alves, chegando a 49ª edição em 1938.<sup>25</sup>

Analisando a relação das obras publicadas pela editora apreendemos um leque variado de tipos de livros: literatura, belas-artes, política, ciências puras e aplicadas, “vulgarização e conhecimentos úteis”, línguas (nacional e estrangeiras), e livros de ensino, em maior número.

Dentre os livros de ensino, mapeamos os livros de História do Brasil no período entre a segunda metade do século XIX e inícios do XX, num total de 28 títulos, incluindo obras de João Ribeiro; a *História do Brasil*, de Felisberto Freire (1896); *História de Brasil*, de Feliciano Pinheiro Bitencourt (1907); *História do Brasil*, de Joaquim Maria de Lacerda (1906); *Resumo de historia do Brasil*, de A Vieira da Costa (1914); *Lições de historia do Brasil*, de L Q Matoso Maia (1894); *Minha terra, minha gente*, de Afrânio Peixoto (1918); *Historia do Brasil ensinada pela biografia de seus heróis*, de Sylvio Romero (1890), dentre outros.<sup>26</sup>

Já por volta de 1920, outro editor, Jacinto Ribeiro dos Santos,<sup>27</sup> se destaca na publicação de livros didáticos. Através do extrato do catálogo disponibilizado no livro

---

<sup>23</sup> VIEIRA, Adelina Lopes & ALMEIDA, Julia Lopes. *Contos infantis em verso e prosa adotados para uso das escolas primárias do Brasil*. RJ: Livraria F Alves, 8ª edição. Localizado na Coleção do Livro Didático da Faculdade de Educação da USP- Coleção Escola Estadual Caetano Campos-Aclimação-SP. Disponível em :[www.crmariocovas.sp.gov.br](http://www.crmariocovas.sp.gov.br).

<sup>24</sup> BARRETO, Arnaldo de Oliveira. *Leituras Morais*. Livraria Francisco Alves, 5ª ed, 1909. O mesmo ocorreu com o *Livro de composição*, de O Bilac e M Bonfim. Publicado pela Ed Laemmert em 1899, passou para a livraria Francisco Alves em 1911, na 3ª ed., e com a *Leitura manuscrita*. Rio de Janeiro: Francisco Alves. Foi editado pela Francisco Alves a partir de 1909, da 9ª ed.

<sup>25</sup> BARRETO, Arnaldo. *Cartilha das Mães*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1938.

<sup>26</sup> “Histórico da Livraria Francisco Alves” e “Relação completa das obras publicadas pela Livraria Francisco Alves, 1854-1954”. Rio de Janeiro: Editora Paulo de Azevedo Ltda, 1954.

<sup>27</sup> Jacinto Ribeiro dos Santos comprou o ponto de sua livraria a Francisco Rodrigues da Cruz, herdeiro da Livraria Cruz Coutinho, a Livraria Popular, a qual foi criado por Antonio Augusto da Cruz Coutinho. Cf: EL FAR, Alessandra. Op. cit., 2004. p. 318.

de Mario da Veiga Cabral,<sup>28</sup> o público poderia conhecer outros “Livros escolares edições desta casa” dentre os quais, a *Gramática da Língua Nacional* e a *História do Brasil*, de Osório Duque-Estrada; a *Chorografia do Brasil*, “pelo Dr Mario da Veiga Cabral (Correta e aumentada), adotada no Colégio Pedro II e nos demais colégios”; *Lições de História Geral*, “de acordo com o último programa da Instrução Pública de 1918 pelo Dr Mario da Veiga Cabral, 2ª Edição correta e aumentada”; *História Universal*, pelo Dr João Ribeiro, “tendo sido feito pelo último programa de 1918 do Colégio Pedro II, adotado em todos os colégios do país (2ª edição correta e aumentada, com gravuras)”. Além dos *Pontos de História do Brasil*, de Pedro Couto; *História do Brasil*, de Mário da Veiga Cabral, dentre outros.

Se por volta das décadas de 1870-1880, notamos um florescer do mercado livreiro e editorial na cidade do Rio de Janeiro, com a existência de inúmeros estabelecimentos que vendiam, editavam e “fabricavam” livros didáticos, este quadro vai se alterando na década de 1890, onde observei um movimento de concentração na produção editorial do Rio de Janeiro nas mãos de Francisco Alves, que foi se expandindo para outros Estados, com filiais em São Paulo e Minas Gerais, além de ter comprado muitas livrarias e editoras, adquirindo os direitos de venda de boa parte dos manuais mais vendidos no país, tais como as cartilhas de leitura e alfabetização.

Todavia, enquanto a Livraria Francisco Alves concentrava a produção de livros didáticos, editores como Pedro da Silva Quaresma investiam em livros mais baratos que os didáticos, para alcançar esta fatia do mercado.

Após a morte de Francisco Alves, encontramos livros didáticos de história do Brasil publicados por editoras diferentes, tais como A J Castilho, Jacinto Ribeiro e Melhoramentos (gráfica e tipografia que virou editora em São Paulo, mas que antes imprimia os livros de Francisco Alves também). A Livraria Jacintho Ribeiro dos Santos destacava-se pelo bom acabamento dos livros didáticos, uso de imagens, e elevado número de tiragens em alguns de seus livros, que chegavam a marca de mais de 100.000 exemplares em 1924, numa população de 1.157.141 na cidade.

Pelo exposto até aqui, e pelas evidências apreendidas, temos a compreensão de que a partir da segunda metade do século XIX aos anos iniciais do século XX, houve

---

<sup>28</sup> Extrato da Livraria Jacintho Ribeiro dos Santos para o ano de 1920. IN: CABRAL, Mario da Veiga. *Compêndio de História do Brasil*. Para uso dos colégios militares e demais estabelecimentos de ensino secundário. Rio de Janeiro: Jacinto Ribeiro dos Santos Editor, 1ª Ed, 1920.

um crescimento no ramo editorial no Rio de Janeiro, com a existência de táticas de venda e estratégias editoriais diversas.

Com isto, é possível perceber alguma competitividade entre os livreiros, o que envolvia uma diversidade de estabelecimentos comerciais, cada qual com suas especificidades e estratégias de sobrevivência, sendo a publicação de livros didáticos (e didáticos de História do Brasil), um investimento de muitos no referido período.

Pelo exposto até aqui, tentei evidenciar um processo que incluía um aumento no número de escolas, o investimento na escrita de livros didáticos e o florescimento do mercado editorial na cidade do Rio de Janeiro, com destaque para a produção de livros escolares. Contudo, quais os sentidos deste processo para os distintos sujeitos históricos: autores, editores, donos de escolas, professores, alunos? Para quê editar livros?

Para responder tais perguntas, creio que seja crucial um entendimento das diferentes experiências sociais destes sujeitos, em suas lutas e embates. Deste modo, circunscrevo a instrução no referido momento enquanto parte das reivindicações para na luta pela conquista da cidadania, pensando aqui, a experiência da população pobre, negros, mulheres, crianças.

A emergência de bons livros “para a instrução do povo” não pode ser separada da discussão sobre a “instrução e leitura para o povo” na qual a publicação de livros assume significados distintos podendo ser um negócio, para alguns, ou um meio para o acesso aos direitos, para outros.

Deste modo, a publicação de livros didáticos acessíveis (pela linguagem e pelo preço) ao “homem comum”, “a gente simples do povo”, além de significar a ampliação do público leitor em um mercado em expansão, também significava para muitos, a participação no debate e na elaboração de projetos para a sociedade da qual faziam parte.

Enquanto para os professores das regiões distantes das ditas “áreas nobres” da cidade e para os autores “anônimos,” o significado da produção didática era um, no sentido de auxiliar a própria prática diária, para figuras como Abílio Borges, este sentido seria outro. Para este autor/proprietário de colégio e diretor da Instrução Pública, “a verdadeira democracia só é possível com a verdadeira e geral instrução”, sendo condição básica para isto, a construção de boas escolas e bons livros:

Para que todos os brasileiros saibam ler, tenho consciência de haver trabalhado sem cessar há perto de 40 anos, quer ensinando, quer publicando livros elementares, e distribuindo-os às centenas de milhares por todos os cantos do

Brasil. Mas não é só de ler que precisam os brasileiros: precisam também de instruir-se.<sup>29</sup>

Do processo de abertura de escolas e investimento em livros didáticos, a publicação de manuais escolares teve distintos sentidos para os diferentes sujeitos históricos em questão.

Para muitas professoras, conforme a trajetória de algumas demonstra, o sentido era de luta. Francisca Senhorinha da Motta Diniz, por exemplo, além de professora, foi escritora, editora, proprietária de jornal e atuante no movimento pelos direitos das mulheres do século XIX. Utilizando-se de seus escritos, direcionou seu discurso a um público feminino, lutando pela valorização da mulher, defendendo seu direito à educação, ao mercado de trabalho e à participação na vida política.<sup>30</sup>

Para muitos intelectuais, a falta de instrução do povo não fazia o país “avançar culturalmente,” fazendo com que a boa literatura do país interessasse a poucos, sendo poucos ainda os que sobreviviam única e exclusivamente “da pena”, tendo o escritor a necessidade de exercer mais de uma atividade, pois “os intelectuais viam-se compulsoriamente arrastados para o jornalismo, o funcionalismo ou política”. A escrita de livros didáticos para muitos autores era um caminho para atingir o progresso, uma vez que a instrução e a leitura seriam os meios para que o país superasse “o analfabetismo quase que total da população”<sup>31</sup> o que impedia por sua vez, “o desenvolvimento de um amplo mercado editorial”.<sup>32</sup>

Dentre os editores, muitos alegavam investir em livros didáticos exatamente pela “importância da instrução” para a formação povo. Editores como Francisco Alves foi um dos que levantaram a bandeira publicação de livros didáticos enquanto “um serviço” à nação, tendo sido inclusive, além de editor, autor de diversos livros didáticos, com os seguintes pseudônimos: Francisco de Oliveira; F de Oliveira; Guilherme do Prado.

Conforme apuramos, por volta de 1870 a questão instrução já ocupava os *Relatórios do Ministério do Império* e da *Inspetoria Geral de Instrução Pública da Corte*, evidenciando-se um aumento no número de escolas e alunos matriculados. Com

---

<sup>29</sup> BORGES, Abílio. *Quarto livro de leitura: Para uso das escolas brasileiras*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1890.

<sup>30</sup> ANDRADE, Fernanda Alina de Almeida. “Escrita e feminismo no século XIX”. Disponível em: <http://www.uff.br/ichf/anpuhrio/Anais/2006/conferencias/Fernanda%20Alina%20de%20Almeida%20Andrade.pdf>.

<sup>31</sup> O combate ao analfabetismo era tido como guerra para alguns, conforme apreendemos de anúncios como este: “Guerra ao analfabetismo. Todos devem saber ler. Assombroso método de Ensino Racional de Leitura. J S Castro Editor, Rua do comércio, 46, Rio de Janeiro”. *O Malho*, nº 331-16/01/1909.

<sup>32</sup> SEVCENKO, Nicolau. *Literatura como missão*. São Paulo: Cia das Letras, 2003, p.128.

o advento da República, as expectativas em torno da ampliação dos direitos de cidadania se intensificaram ainda mais.

Tal expansão do ensino pode ser compreendida dentro das discussões sobre a idéia de cidadania no Brasil, principalmente na relação defendida por muitos entre educação e formação do cidadão. Mas que cidadania era esta? Seria apenas idéia ou formalismo? Ou seria expansão de direitos sociais básicos anunciados, sobretudo com a República?

O direito ao voto, por exemplo, permaneceu atrelado ao domínio das letras, o que tornava a oferta de instrução ainda mais urgente, estando na ordem do dia nas discussões constituintes,<sup>33</sup> na imprensa e nos anúncios de divulgação de escolas, condição básica para ser “cidadão”.<sup>34</sup>

Assim, o impedimento de mulheres, analfabetos, dentre outros, da participação no processo eleitoral no país não impediu o processo de luta destes sujeitos no sentido de ampliar direitos e de participar da vida política, em busca de uma cidadania plena, o que só fez aumentar o número de iniciativas de instrução popular, bem como aumento das pressões dos distintos sujeitos.

### **Referências bibliográficas:**

BESSONE, Tânia. *Palácios de destinos cruzados*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1999.

BITTENCOURT, Circe. *Livro didático e conhecimento histórico: uma história do saber escolar*. 1993. (Doutorado)- Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, São Paulo, 1993.

BRAGANÇA, Aníbal. “A Francisco Alves no contexto da formação de uma indústria brasileira do livro”.IN: *I seminário Brasileiro Sobre Livro e História Editorial*. UFF/FCRB, 2004.

DAMAZIO, Sylvia. *Retrato social do Rio de Janeiro na virada do século*. Rio de Janeiro, EdUERJ, 1996.

EL FAR, Alessandra. *Páginas de sensação*. Literatura popular e pornográfica no Rio de Janeiro(1870-1924).São Paulo: Cia das Letras, 2004.

FEBVRE, Lucien & MARTIN, Henri-Jean. *O aparecimento do livro*. São Paulo, Ed. da UNESP, 1992.

---

<sup>33</sup> CURY, Carlos Roberto Jamil. *Cidadania republicana e educação*. Governo provisório do Mal Deodoro e congresso constituinte de 1890-1891. RJ: DP& A Editora, 2001.

<sup>34</sup> Conforme anúncios diversos como este: “Ler para votar- o conhecido professor Alexandre Rield está abrindo um curso noturno, gratuito, para quem quiser aprender a ler e preparar-se para votar nas próximas eleições”, *O Estado de São Paulo*, 1889, p.3.

HALLEWELL, Laurence. *O livro no Brasil*. São Paulo Edusp, 1985.

MACIEL, Laura et ali. *Outras histórias: memórias e linguagens*. São Paulo: Olho d'Água, 2006.

SODRÉ, Nelson W. *História da imprensa no Brasil*. Rio de Janeiro: Mauad, 1999.